

ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE

Ph.D. (Cambridge - Prêmio Yorke) em Direito Internacional, Juiz Vice-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Professor Titular da Universidade de Brasília e do Instituto Rio-Branco, Ex-Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (1985-1990), Membro dos Conselhos Diretores do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica) e do Instituto Internacional de Direitos Humanos (Estrasburgo), Associado do *Institut de Droit International*, Membro da *International Law Association* e do Instituto Internacional de Direito Humanitário (San Remo), Membro da Delegação do Brasil à Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993)

**TRATADO DE DIREITO
INTERNACIONAL DOS
DIREITOS HUMANOS**

Volume II

1ª Edição

Sergio Antonio Fabris Editor

Porto Alegre, Brasil

1999

© Antônio Augusto Cançado Trindade, 1999

FICHA CATALOGRÁFICA

Cançado Trindade, Antônio Augusto - 1947-

Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos,
volume II, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris
Editor, 1999.

pp. 1-440

I. Direito Internacional dos Direitos Humanos. II. Direito Internacional Público. III. Direitos Humanos, Proteção Internacional. IV. Organizações Internacionais, Direito das. V. Direito Internacional Humanitário. VI. Direito Internacional dos Refugiados. VII. Direito Constitucional. VIII. Relações Internacionais; Sistema Internacional.

CDU-341

(Preparada pelo autor)

Reservados todos os direitos de publicação, total ou parcial, a
SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR

Rua Miguel Couto, 745

Caixa Postal 4001

90850-050 Porto Alegre

Rio Grande do Sul, Brasil

Tel.: (051)233.2681

ÍNDICE**Volume I****Introdução**

A AUTONOMIA DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	17
---	-----------

Capítulo I**O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS
HUMANOS: FORMAÇÃO E FASE LEGISLATVA**

I. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos:	
Antecedentes e Primeiros Passos	31
II. A Carta Internacional dos Direitos Humanos	35
III. O Processo de Generalização da Proteção Internacional dos Direitos Humanos	40
1. Plano Normativo	41
2. Plano Processual	48
IV. A I Conferência Mundial de Direitos Humanos (Teerã, 1968)	54

Capítulo II
O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS
HUMANOS: CONSOLIDAÇÃO E FASE DE
IMPLEMENTAÇÃO

I. Introdução	59
II. De Teerã (1968) a Viena (1993): Balanço da Trajetória dos Métodos de Implementação Internacional dos Direitos Humanos em Geral	61
III. Aprimoramento do Sistema de Petições ou Denúncias e Fortalecimento da Capacidade Processual Internacional das Supostas Vítimas	68
IV. Base Jurídica, Modalidades e Estrutura do Sistema de Relatórios	87
V. Coordenação e Racionalização do Sistema de Relatórios dos Estados Partes em Tratados de Direitos Humanos.....	91
1. As I e II Reuniões dos Presidentes dos Órgãos de Supervisão Internacionais (1984 e 1988)	92
2. A III Reunião dos Presidentes dos Órgãos de Supervisão Internacionais (1990).....	93
3. A IV Reunião dos Presidentes dos Órgãos de Supervisão Internacionais (1992).....	95
VI. Aprimoramento do Sistema de Determinação dos Fatos ou Investigações	97
VII. Impacto dos Procedimentos Especiais ou Extra-Convencionais de Determinação dos Fatos ou Investigações	103
VIII. Complementaridade dos Procedimentos de Investigações ou Determinação dos Fatos	109
IX. Reflexões Finais	114

Capítulo III**O PROCESSO PREPARATÓRIO DA II CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS (1990-1993)**

I. Convocação e Objetivos.....	119
II. Os Trabalhos Preparatórios	122
III. A Formação da Agenda Temática.....	123
IV. As Reuniões Regionais Preparatórias	130
1. A Reunião Regional Africana (Túnis, novembro de 1992) ...	131
2. A Reunião Regional Latino-Americana e Caribenha (San José de Costa Rica, janeiro de 1993)	134
3. A Reunião Regional Asiática (Bangkok, março-abril de 1993).....	139
V. A Contribuição das "Reuniões Satélites" Preparatórias da II Conferência Mundial de Direitos Humanos	142
VI. As Bases de Discussão para a Conferência de Viena.....	152

Capítulo IV**O DIÁLOGO UNIVERSAL: AS RECOMENDAÇÕES À CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1993**

I. As Recomendações dos Órgãos de Supervisão Internacionais	155
II. As Recomendações das Organizações Não-Governamentais.....	161
1. A Contribuição da Anistia Internacional	161
2. O Forum Mundial das Organizações Não-Governamentais. 166	
a) A Abertura do Forum	167
b) Trabalhos e Propostas do Forum	168
c) Repercussão do Forum na Conferência Oficial.....	174

Capítulo V**OS TRABALHOS DA II CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS (VIENA, JUNHO DE 1993)**

I. Observações Preliminares.....	177
II. A Abertura da Conferência de Viena: As Idéias Centrais	178
1. A Mensagem do Secretário-Geral das Nações Unidas	179
2. A Mensagem dos Prêmios Nobel da Paz	181
3. O Sentido da Conferência de Viena em Perspectiva Histórica.....	182
III. A Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993: Quadro Geral e Alcance.....	185
IV. A Contribuição das "Reuniões Especializadas" da Conferência de Viena	193
1. Os Procedimentos Extra-Convencionais Especiais das Nações Unidas	195
2. Os Procedimentos Convencionais sob os Tratados de Direitos Humanos	199
3. As Instituições Nacionais de Proteção	201
V. A Multiplicidade de Atores e Contribuições à Conferência de Viena	202
VI. O Encerramento da Conferência de Viena.....	205
1. O Discurso de Encerramento do Presidente da Conferência Mundial	205
2. A Reação Inicial das Organizações Não-Governamentais ao Projeto Final da Declaração de Viena	206

Capítulo VI**OS ARGUMENTOS E PERCEPÇÕES DAS DELEGAÇÕES GOVERNAMENTAIS NA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1993**

I. Um Exame de Consciência Coletiva: O Mundo Convulsionado no Final do Século	211
---	-----

II. Universalismo <i>versus</i> Relativismo	216
III. A Indivisibilidade dos Direitos Humanos.....	226
IV. A Proteção dos Grupos Vulneráveis.....	227
V. As Relações entre os Direitos Humanos, a Democracia e o Desenvolvimento.....	229
VI. O Diálogo entre Governos e Organizações Não-Gover- namentais	231
VII. A Incorporação da Normativa Internacional de Proteção ao Direito Interno dos Estados	233

Capítulo VII
A CONTRIBUIÇÃO DOS ORGANISMOS
INTERNACIONAIS À II CONFERÊNCIA MUNDIAL DE
DIREITOS HUMANOS

I. O "Entendimento Comum" das Agências Especializadas e Outros Órgãos Interessados das Nações Unidas	235
II. A Contribuição Individual de Algumas Agências Especiali- zadas das Nações Unidas.....	237
1. Organização Internacional do Trabalho (OIT)	237
2. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).....	243
3. Organização Mundial da Saúde (OMS)	245
4. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).....	246
5. União Internacional de Telecomunicações (UIT)	247
III. A Contribuição dos Organismos Financeiros Internacionais.....	248
1. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD - Banco Mundial).....	248
2. Fundo Monetário Internacional (FMI)	251
IV. A Contribuição dos Organismos Desenvolvimentistas Internacionais.....	253
1. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).....	253

2. Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher (UNIFEM)	259
3. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	261
4. Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)	264

Capítulo VIII

AS TRÊS VERTENTES DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA: APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS ENTRE OS DIREITOS HUMANOS, O DIREITO HUMANITÁRIO E O DIREITO DOS REFUGIADOS

I. Introdução: As Três Vertentes da Proteção Internacional da Pessoa Humana - Da Compartimentalização à Interação.....	270
II. Aproximações ou Convergências entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	275
1. Aproximação ou Convergência no Plano Normativo	275
2. Aproximação ou Convergência no Plano Hermenêutico	280
3. Aproximação ou Convergência no Plano Operacional.....	282
III. "Respeitar" e "Fazer Respeitar": O Amplo Alcance das Obrigações Convencionais de Proteção Internacional da Pessoa Humana.....	284
1. O Direito Internacional Humanitário em Sua Ampla Dimensão.....	284
2. O Direito Internacional dos Direitos Humanos em Sua Ampla Dimensão.....	290
IV. A Proteção <i>Erga Omnes</i> de Determinados Direitos e a Questão do <i>Drittwirkung</i>	297
V. Proteção das Vítimas em Conflitos Internos e Situações de Emergência	302
VI. Aproximações ou Convergências entre os Direitos Humanos e o Direito Humanitário na II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993)	313

VII. Aproximações ou Convergências entre o Direito Internacional dos Refugiados e o Direito Internacional dos Direitos Humanos	318
1. Contribuição do Comitê Executivo do Programa do ACNUR	318
2. A Nova Estratégia do ACNUR.....	320
VIII. A Dimensão Preventiva da Proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana.....	325
IX. Desenvolvimentos Recentes no Direito Internacional dos Refugiados.....	328
1. Da Declaração de Cartagena (1984) à Declaração de San José (1994).....	328
2. A Avaliação da Aplicação dos Princípios e Critérios do Processo CIREFCA.....	331
3. Outros Desenvolvimentos Recentes.....	333
X. Aproximações ou Convergências entre os Direitos Humanos e o Direito dos Refugiados na II Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993).....	334
XI. A Prática dos Órgãos de Supervisão Internacionais dos Direitos Humanos	338
1. Plano Regional: Sistema Interamericano do Proteção	338
2. Plano Regional: Sistema Europeu de Proteção	341
3. Plano Global: Sistema das Nações Unidas de Proteção	344
XII. Conclusões	346

Capítulo IX

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: EVOLUÇÃO, ESTADO ATUAL E PERSPECTIVAS

I. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Da Compartimentalização à Indivisibilidade.....	353
II. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Desenvolvimentos Recentes na Busca de Proteção Mais Eficaz no Plano Regional...	360

III. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Desenvolvimentos Recentes na Busca de Proteção Mais Eficaz no Plano Global ...	371
IV. A Exigibilidade e Justiciabilidade dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Plano Internacional.....	381
V. Conclusões	390

Capítulo X

A INTERAÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL E O DIREITO INTERNO NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

I. Introdução: O Ordenamento Jurídico de Proteção.....	401
II. O Impacto de Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos em Constituições Recentes	403
III. A Supervisão Internacional da Compatibilidade dos Atos Internos dos Estados com Suas Obrigações Internacionais de Proteção	410
IV. Compatibilização e Prevenção de Conflitos entre as Jurisdições Internacional e Nacional em Matéria de Direitos Humanos	417
V. A Obrigação Internacional dos Estados de Provimento de Recursos de Direito Interno Eficazes.....	424
VI. A Função dos Órgãos e Procedimentos do Direito Público Interno	427
VII. As Normas Internacionais de Proteção Diretamente Aplicáveis no Direito Interno.....	430
VIII. A Primazia da Norma Mais Favorável às Vítimas	434
IX. A Responsabilidade Internacional dos Estados pela Observância dos Direitos Humanos.....	437
X. Conclusões.....	443

Anexo

Obras do Mesmo Autor.....	449
---------------------------	-----

Volume II**Capítulo XI
INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DOS TRATADOS E
INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS**

I. A Interpretação de Tratados no Direito Internacional e a Especificidade dos Tratados de Direitos Humanos	24
1. Os Efeitos Próprios das Disposições Convencionais de Proteção	24
2. O Caráter Objetivo das Obrigações Convencionais de Proteção.....	28
3. A Interpretação Própria dos Tratados de Direitos Humanos e o Sentido Autônomo de Seus Termos	32
4. Diretrizes Específicas de Interpretação nos Tratados de Direitos Humanos	38
5. A Interação Interpretativa dos Tratados e Instrumentos de Proteção	43
6. A Noção de Garantia Coletiva Subjacente aos Tratados de Direitos Humanos.....	47
7. Interpretação Dinâmica ou Evolutiva dos Tratados de Direitos Humanos	53

16/ Antônio Augusto Cançado Trindade

8. Interpretação Restritiva das Restrições Permissíveis.....	56
II. A Salvaguarda dos Direitos Humanos nas Situações de Emergência ou Estados de Exceção: A Interpretação das Cláusulas de Derrogações	58
III. A Intangibilidade das Garantias Judiciais em Matéria de Direitos Humanos em Quaisquer Circunstâncias	62
IV. Os "Comentários Gerais" e as "Recomendações Gerais" dos Órgãos Convencionais de Proteção	68
V. O Princípio Básico da Não-Discriminação no Direito Inter- nacional dos Direitos Humanos	76
VI. O Papel dos Recursos de Direito Interno na Proteção Internacional dos Direitos Humanos	82
1. O Critério da Eficácia dos Recursos Internos.....	89
2. Dever dos Estados de Prover Recursos Internos Eficazes.....	95
3. Alcance das Exceções à Regra do Esgotamento	99
4. Outras Questões Processuais	106
a) Renúncia Tácita à Objeção de Não-Esgotamento e <i>Estoppel</i>	106
b) O Ônus da Prova quanto ao Esgotamento	115
5. O <i>Rationale</i> da Regra dos Recursos Internos no Direito Internacional dos Direitos Humanos	120
VII. O Amplo Alcance das Obrigações Convencionais de Proteção: As Obrigações Executivas, Legislativas e Judiciais dos Estados.....	123
1. "Margem de Apreciação" e Fórmula da "Quarta Instância": Avaliação Crítica	123
2. As Obrigações Executivas dos Estados Partes nos Tratados de Direitos Humanos.....	130
3. As Obrigações Legislativas dos Estados Partes nos Tratados de Direitos Humanos.....	134
4. As Obrigações Judiciais dos Estados Partes nos Tratados de Direitos Humanos.....	146
VIII. O Controle das Reservas aos Tratados de Direitos Humanos	152

IX. As Reparações às Vítimas de Violações dos Direitos Humanos	170
X. A Execução de Sentenças dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos	180
XI. Reflexões Finais: A Interpretação Uniforme do <i>Corpus Juris</i> do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	185

Capítulo XII

DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA: O REGIME EMERGENTE DE PROMOÇÃO INTERNACIONAL DA DEMOCRACIA E DO ESTADO DE DIREITO

I. Introdução: A Democracia em Sua Ampla Dimensão	201
II. Desenvolvimentos Recentes no Continente Americano	209
1. A Preservação e Promoção da Democracia	209
2. A Instrumentalização da <i>Surveillance</i> da Democracia.....	215
3. Democracia e Exercício dos Direitos Humanos: Primórdios Jurisprudenciais	221
III. Desenvolvimentos Recentes no Continente Europeu	223
IV. Reflexões Finais	233
1. A Atualidade Perene dos Direitos Cíveis e Políticos.....	233
2. Visão Holística ou Integral dos Direitos Humanos e do Estado de Direito	235
3. Indissociabilidade entre os Direitos Humanos e a Democracia	242
4. Promoção Internacional do Exercício Efetivo da Democracia	244
5. O Direito à Ordem Jurídica ou Constitucional	248
6. Democratização nos Planos Nacional e Internacional	251

Capítulo XIII**DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO:
EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DO DIREITO AO
DESENVOLVIMENTO COMO UM DIREITO HUMANO**

I. Introdução	262
II. As Condições de Vida como Matéria de Legítimo Interesse Internacional	263
III. A Cristalização do Direito ao Desenvolvimento como um Direito Humano	276
IV. A Construção Conceitual do Desenvolvimento Humano	283
V. A Contribuição do Ciclo das Conferências Mundiais das Nações Unidas do Final do Século XX	298
1. Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992)	298
2. II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993)	303
3. Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994)	307
4. Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995)	310
5. IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995)	316
6. II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos (Habitat-II, Istambul, 1996)	319
VI. Reflexões Finais	321

Capítulo XIV**NECESSIDADES DE PROTEÇÃO E MONITORAMENTO
CONTÍNUO DA SITUAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
NO MUNDO**

I. O Direito e o Tempo	336
II. Barbárie e Civilização: O Combate às Atrocidades	338

Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos /19

1. O Respeito aos Direitos Humanos como Medida do Grau de Civilização.....	338
2. O Regime Jurídico Internacional contra a Tortura	345
3. A Condenação Absoluta dos Desaparecimentos Forçados ou Involuntários	352
4. Restrições à Pena de Morte e Sua Abolição	358
III. Monitoramento Contínuo em Escala Mundial.....	366
1. As Primeiras Iniciativas.....	366
2. Respostas à Diversificação das Fontes de Violações.....	370
3. Os Componentes de Direitos Humanos nas Operações de Paz	377
4. O Estabelecimento de uma Jurisdição Penal Internacional ...	385
a) Os Tribunais <i>ad hoc</i> para a ex-Iugoslávia e Ruanda	386
b) O Tribunal Penal Internacional Permanente.....	393
5. O Peso do Passado na Determinação dos Fatos e na Busca da Justiça: As Comissões da Verdade.....	400
6. A Luta contra a Impunidade.....	404
IV. Reflexões Finais: As Normas Imperativas do Direito Internacional (<i>Jus Cogens</i>) e a Emergência das Obrigações <i>Erga Omnes</i> de Proteção	412
Anexo	
Obras do Mesmo Autor (<i>Addendum</i> 1997-1998).....	429